

MOVIMENTO NEGRO:

ESTRATÉGIAS, ANÁLISES E CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO

SANTOS, Jocélio Teles dos. *Ativismo negro no Brasil: frente ao Estado e no Estado (1970-2016)*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS Editora, 2022. 280 p.

Jocélio Teles dos Santos é professor titular do Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia, com vasta produção científica. O livro que aqui se resenha foi apresentado como tese para acesso à condição de Professor Titular, fruto de um projeto de pesquisa iniciado em 2017, no qual o autor analisa a produção e a circulação de discursos sobre o Estado por militantes negros e a atuação deles na esfera político-partidária. Para tal, analisa o que foi produzido por parte do movimento negro em sua formação contemporânea, definida como inaugural nos anos 1970, acompanhando a literatura sobre o tema e a atuação de sujeitos negros que se assumiram como militantes e ocupavam cargos nos governos de Luiz Inácio

Lula da Silva e Dilma Rousseff, em ministérios, secretarias e fundações.

É na condição de diretor do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), referência para formação de pesquisadores em estudos étnico-raciais desde os anos 1960 que, segundo o autor, surge a inquietação e a possibilidade de participar de eventos nos quais se gestavam políticas públicas e se percebia uma “dupla” categoria: sujeitos que apontavam o racismo estatal, que se colocavam e se anunciavam como militantes, ainda que naquele momento estivessem desempenhando o papel de representantes do Estado. Os cursos, seminários e debates que aconteciam no CEAO eram “promovidos com e para sujeitos que não se encontravam na universi-

dade – muitos sem terem concluído o ensino fundamental, e com significativa presença de adeptos das religiões afro-brasileiras”. Assim, o CEAO “se tornou o espaço acadêmico por excelência da ‘comunidade negra’ soteropolitana” (pp. 8-9).

Para aqueles que estudam o ativismo político na arena partidária, o livro constitui uma contribuição importante, devido à forma como foi concebido, isto é, desvelando bastidores e sistematizando atuações que podem contribuir para outras análises. Os que estudam militância negra carecem de acervos que sistematizem e disponibilizem documentação, decerto porque se trata de memórias pertencentes a grupos não hegemônicos e que, portanto, na maior parte das vezes dependem da ação individual de colegas ou dos movimentos sociais de que faziam (fazem) parte para a manutenção dessa memória. Nesse sentido, a obra de Jocélio une-se aos esforços de outros pesquisadores, como Verena Alberti e Amílcar Pereira (livro que Jocélio Santos utiliza como fonte), Flávia Rios Marcia Lima e Alex Ratts, que sistematizaram e tornaram conhecidos os textos produzidos por militantes negros contemporâneos, textos que representam um caminho,

uma via para o acesso ao seu pensamento e a suas ações.¹

A obra está distribuída em quatro capítulos organizados, cronologicamente, em quatro décadas: 1970, 1980, 1990 e 2000. Cada década é compreendida pelo autor como representativa de uma “estratégia” específica de atuação do movimento negro. Assim, os anos 1970 correspondem à origem, um momento inicial de denúncia de racismo e reorganização dos ativistas; os anos 1980 são cunhados de “mosaico”, o que denota a multiplicidade de atuações; nos anos 1990 defende-se a existência de um “sacerdócio político”; e os anos 2000 seria a época da “negritude estatal”, quando, segundo o antropólogo, se percebe que os ativistas penetram nas “veias capilares” do Estado. Essa expressão, utilizada pelo autor, indica que os militantes teriam como principal função realizar trocas entre o Estado e a sociedade.

No capítulo primeiro, que analisa a organização do movimento negro nos anos 1960, o autor lançou mão

1 Verena Alberti e Amílcar Araújo Pereira, *Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*, Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007; Flávia Rios e Marcia Lima, *Por um feminismo latino-americano*, Rio de Janeiro: Zahar, 2020; e Alex Ratts, *Uma história feita por mãos negras*, Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

de pesquisas que exploraram e analisaram esse período com profundidade. O texto aqui contribui para informar o leitor que desconhece o surgimento, os embates, os consensos e os dissensos na formação do movimento negro contemporâneo. A maior contribuição, contudo, está na apresentação dos jornais daquele período como o principal *corpus* documental. Como alertado, a análise de documentos produzidos por militantes negros enfrenta alguns obstáculos, entre eles a dispersão das fontes. Deve-se creditar a Jocélio Santos o esforço para buscar, categorizar e analisar esses documentos, esforço que se repete e se destaca nos capítulos subsequentes.

O capítulo dois desperta a atenção do leitor, a princípio, pela organização narrativa diversa daquela que foi apresentada no primeiro capítulo. Chamado “Anos oitenta: movimento negro como um mosaico”, está organizado em seis subcapítulos que abordam, cada um deles, um tema central. Assim, as autodefinições, a estratégia de atuação por meio das denúncias sobre racismo, a articulação das militâncias na arena político-partidária, o feminismo negro, a aproximação com as religiões de matriz africana e as questões relativas

à sexualidade são tratadas de forma separadas. Não se perde de vista, no entanto, que os anos 1980 foram marcados pela retomada democrática após o período da ditadura e por um efervescente crescimento da discussão e da esperança quanto aos rumos a serem tomados, representados, no caso do movimento negro, especialmente pela mobilização em torno dos 100 anos da Abolição (comemoração que foi considerada como farsa, naquele momento) e da elaboração da nova Constituição Federal. Das temáticas abordadas no livro, a que representa maior ineditismo é aquela que busca observar os conflitos em torno da sexualidade, considerada ainda hoje um tabu; porém, não há no texto um aprofundamento do assunto, que ocupa poucas páginas.

A reflexão sobre as ações e estratégias das entidades negras nos anos 1990 envolve uma articulação em torno de temas considerados “caros” pelos ativistas, tais como eurocentrismo, autodeterminação, violência, genocídio, educação e afro-religião. Como o próprio autor indica, não se trata de temáticas novas, mas de um “continuum” (p. 148) desde as décadas anteriores. O autor apresenta, ainda

nesse capítulo, considerações importantes para a compreensão da trajetória e estratégias do movimento negro, por exemplo, a identificação do Estado brasileiro como produtor de desigualdade, mas também como responsável pela construção de política afirmativas de combate a ela, como expresso nesse excerto:

Tratava-se, no final dos anos 90, de produção sobre desigualdades raciais, acrescida da reflexão sobre ações afirmativas. Uma convicção de que era responsabilidade do Estado – lido como sinonímia da “sociedade” – a elaboração de políticas públicas para combater as desigualdades raciais e a discriminação. Uma tarefa do Estado democrático (p. 179).

E mais adiante: “Emerge a estratégia de que o Brasil, como Estado membro, seria obrigado a aplicar as convenções da OIT. Por consequência, a convenção 111 tenderia a determinar a adoção de ações ‘concretas’, visando a igualdade” (p.180).

Essa perspectiva é fundamental aos pesquisadores que trilharão os caminhos do ativismo nas décadas posteriores. Não é um dado inaugural, posto que já fora apresentado por pesquisadores deste tema, como Amílcar Pereira e Mírian Garrido, mas é, sem dúvida, uma perspectiva

que não se pode perder, para que haja compreensão contemporânea das estratégias da militância negra.²

No quarto e último capítulo, “A negritude estatal”, Jocélio Santos aponta novamente para a continuidade de temas considerados centrais: violência, intolerância religiosa, necessidade de uma identidade racial positiva, mais veemência nas discussões a respeito das cotas raciais para ingresso nas universidades e, concomitantemente, a presença expressiva de ativistas na esfera do governo federal, atrelada à ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência. Aqui a obra é pedagógica, ao demonstrar que a presença de militantes nas esferas do poder não significou o desaparecimento dos embates na esfera política e militante.

Neste sentido, a criação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e seu reiterado – ao menos


2 Amílcar Pereira, “O Mundo Negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)”, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010; e Mírian C. M. Garrido, “Nas constituições dos discursos sobre afro-brasileiros: uma análise histórica da ação de militantes negros e dos documentos oficiais voltados à promoção do negro brasileiro (1978 a 2010)”, Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2017.

discursivamente – reconhecimento de *status* de Ministério estão entre os exemplos trabalhados pelo autor, pois expressam a intrínseca conexão entre Estado e militantes. “A promoção da igualdade racial e combate ao racismo” (p. 207), expressão repetida como lema do órgão e postura do Estado naquele contexto, passam a ser visibilizadas como política pública. E aqui reside uma importante consideração do autor, para os que desejam aprofundar leituras e pesquisas sobre o período: a importância de se compreender o binômio militantes-Estado, para além da tese de cooptação do primeiro pelo segundo. Pois o que está posto é um jogo de forças no qual, ora as pautas se alinham, ora se distanciam; uma imbricada rede de relações em que os militantes também operam como agentes do Estado.

O capítulo encerra com uma abordagem da frágil manutenção da Seppir como Secretaria, no segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff, até sua extinção pelo seu sucessor. Sabe-se que as perdas se acentuaram vertiginosamente nos governos seguintes, em uma onda de desordem e de violação de direitos, tendo as discussões étnico-raciais retornado institu-

cionalmente somente em 2023, no terceiro mandato de Lula da Silva, com a criação do Ministério da Igualdade Racial e do Ministério dos Povos Indígenas. Reafirma-se, aqui, que o novo governo Lula já enfrenta dificuldades de consolidação e atuação, uma vez que necessita dialogar com um Congresso muitas vezes avesso às temáticas étnico-raciais, como no esvaziamento das funções do ministério indígena.³

Conclui-se com alguns apontamentos o exame da obra de Jocélio Teles dos Santos. Primeiro, o destaque positivo para um texto eficiente em demonstrar que não existe “um” movimento negro, como já se tem observado na literatura sobre o assunto. Os movimentos sociais são influenciados por embates que compõem elementos da sociedade, mas o uso retórico da unidade serve para configurar legitimidade diante do outro, no caso, o Estado. O uso expressivo e cuidadoso das fontes é revelado pela análise da composição dos conselhos editoriais e das diretorias dos jornais analisados e pela gama

3 “Câmara aprova MP que reorganiza ministérios do governo Lula”, *Câmara dos Deputados*, 1 jun. 2023 .

de atuações e debates que divulgam. O último apontamento diz respeito à curiosidade da pesquisadora sobre o tema, que lamenta a ausência de uma maior descrição quanto ao volume do *corpus* documental e dos arquivos

utilizados por Santos. Nesse sentido, sugere-se que, em trabalho posterior, o autor revele mais detalhadamente esses dados. No fim, ganhamos todos, com a construção de uma ciência humana atenta a epistemologias outras.

Mírian Cristina de Moura Garrido  

Universidade de Taubaté

doi: 10.9771/aa.v0i68.57660